

29 de março de 2019.

À: Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº REL-0547/2019

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} o relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da **Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.**

Atenciosamente,

Marcio Romulo Pereira
Sócio

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	10



Grant Thornton

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (Companhia ou “LEST”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

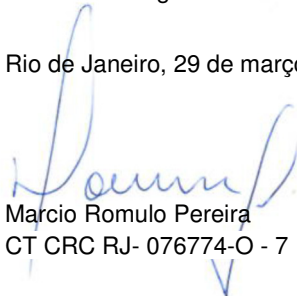
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.534	12.753
Adiantamento a funcionários		4	-
Adiantamento a fornecedor		-	628
Impostos a recuperar	7	140	54
Despesas antecipadas	6	-	109
Depósitos judiciais e cauções		5	5
Total do ativo circulante		8.683	13.549
Não circulante			
Despesas antecipadas	6	-	419
Contas a receber (ativo de concessão)	8	35.124	1.394
Imobilizado	9	10	13
Total do ativo não-circulante		35.134	1.826
Total do ativo		43.817	15.375
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	712	773
Salários e encargos a pagar		20	14
Obrigações tributárias	11.2	1.029	24
Impostos diferidos	11.1	-	7
Total do passivo circulante		1.761	818
Não circulante			
Impostos diferidos	11.1	4.995	277
Partes relacionadas		-	34
Total do passivo não circulante		4.995	311
Patrimônio líquido			
Capital social	13	41.875	15.575
Prejuízos acumulados		(4.814)	(1.329)
Total do patrimônio líquido		37.061	14.246
Total do passivo e patrimônio líquido		43.817	15.375

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação (em R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	14	32.581	1.343
		-	
Custos dos bens construídos e serviços prestados	15	(30.333)	(1.330)
Resultado operacional bruto		2.248	13
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.280)	(457)
Gerais e administrativas		(923)	(915)
Depreciação e amortização		(3)	(1)
Tributárias		(28)	(3)
		(2.234)	(1.376)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		14	(1.363)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		942	296
Despesas financeiras		(571)	(8)
Resultado financeiro, líquido	17	371	288
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		385	(1.075)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(307)	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3.563)	(233)
Prejuízo do exercício		(3.485)	(1.316)
Prejuízo por ação – em R\$		(0,1188)	(3,9454)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(3.485)	(1.316)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>(3.485)</u>	<u>(1.316)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2016		<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Aumento de capital		15.575	-	15.575
Prejuízo do exercício		-	(1.316)	(1.316)
Em 31 de dezembro de 2017		<u>15.575</u>	<u>(1.329)</u>	<u>14.246</u>
Aumento de capital	13	26.300	-	26.300
Prejuízo do exercício		-	(3.485)	(3.485)
Em 31 de dezembro de 2018		<u>41.875</u>	<u>(4.814)</u>	<u>37.061</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.485)	(1.316)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	3	1
Impostos diferidos	4.718	283
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber (ativo de concessão)	(33.730)	(1.394)
Adiantamento à fornecedores e funcionários	624	(628)
Despesas antecipadas	522	(528)
Tributos a recuperar	(86)	(54)
Depósitos judiciais e cauções	-	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	(55)	788
Obrigações fiscais	1.005	24
Partes relacionadas	(35)	21
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(30.519)</u>	<u>(2.808)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos intangíveis	-	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(14)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	26.300	15.575
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>26.300</u>	<u>15.575</u>
(Redução)/Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.219)</u>	<u>12.753</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.753	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.534	12.753
(Redução)/Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.219)</u>	<u>12.753</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – parte, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 11 de fevereiro de 2022 e são descritas a seguir:

Aspectos regulatórios

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA, para aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente as linhas de transmissão Paulo Afonso e Xingó.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

A Companhia tem até 11 de fevereiro de 2022 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$324 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório N° 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 29 de março 2018.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 – Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

2.5. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor 31 de dezembro de 2017

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

Os pronunciamentos que começaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 não causaram impactos significativos na Companhia.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de aluguéis.
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro – Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
- Aprimoramento do ciclo 0015 a 2017 – IFRS3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1) IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1).

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base no lucro presumido que estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis da Companhia. Sobre a base de cálculo presumida, a tributação compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. O recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 18.

3.4. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.8.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.
- b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem de (zero) na receita de construção da infraestrutura.

3.5. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.6. Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8. Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.

A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamento técnico CPC 47 (IFRIC 15). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:

- A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faz parte.
- Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Conseqüentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica “PIS e COFINS diferidos” no passivo não circulante.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a relocalização das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	230	230
Títulos e valores mobiliários	8.304	8.304
Contas a receber (ativo de concessão)	35.124	35.124
Total	<u>43.659</u>	<u>43.659</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	712	712
Outras obrigações		
Total	<u>713</u>	<u>712</u>

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

A exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 35.124.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

- Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	712	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	773	-	-	-

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia estão expostas na data-base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2018, foi extraída a posição do indexador CDI (6,50% ao ano) para um ano.

A Administração preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I (provável) considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações contábeis e os cenários II e III consideram uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes de caixa	Queda CDI	5	230	8	6	4
Títulos e valores mobiliários	Queda CDI	5	8.304	581	435	290
Total						

Em 31 de dezembro de 2018, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	230	18
Operações compromissadas (i)	-	1.220
Fundo de Investimento (ii)	8.304	11.515
Total	8.534	12.753

(i) Aplicação com lastro de terceiros e garantia de recompra pelo Banco Itaú S.A., com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado à 55% do CDI.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú High Grade), que tiveram no ano de 2018, remuneração média referenciada ao CDI de 100,54%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. Despesas antecipadas

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017, refere-se à apólice do seguro-garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 19. Em 2018 o saldo foi transferido para custo de construção do empreendimento.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicação financeira	140	54
Total	140	54

8. Conta a receber (ativo de concessão)

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	32.863	1.381
Receita de remuneração	2.261	13
Total	35.124	1.394

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

Descrição	31/12/2017			31/12/2018
	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Saldo Final
Máquinas e equipamentos	13	-	(3)	10
	31/12/2016			31/12/2017
	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Saldo Final
Máquinas e equipamentos	-	14	(1)	13

10. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Prestação de serviços	712	773
Total	712	773

O valor corresponde a prestação de serviços de implantação da linha de transmissão, conforme previsto no contrato de concessão.

11. Impostos correntes e diferidos

11.1. Impostos diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL	3.796	232
Pis e Cofins	1.199	51
Total	4.995	283

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

Abaixo demonstramos a movimentação no exercício

	31/12/2017	Adições	31/12/2018
IRPJ e CSLL	232	3.564	3.796
Pis e Cofins	51	1.148	1.199
Total	283	4.712	4.995

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2. Impostos correntes

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ/CSL corrente	73	5
INSS retido	17	15
ISS	890	-
Impostos retidos	49	4
Total	1.029	24

12. Provisões

Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, sendo assim conforme determinam as práticas contábeis não há provisão constituída, bem como informações a serem divulgadas.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 e 2017 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Infra Coinvestimentos	16.751.648	16.752	40%	6.230.624	6.231	40%
Vinci Infra Transmissão	25.123.396	25.123	60%	9.344.420	9.344	60%
Total	41.875.044	41.875	100%	15.575.044	15.575	100%

Em AGO realizada em 12 de abril de 2018, foi deliberada a emissão de 16.300.000 (dezesesseis milhões e trezentas mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 15.575 para R\$ 31.875.

Em AGO realizada em 01 de outubro de 2018, foi deliberada a emissão de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 31.875 para R\$ 41.875.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Prejuízo por ação

	<u>Prejuízo do exercício</u>	<u>Média ponderada de Ações</u>	<u>Resultado por ação – em R\$</u>
31/12/2018	(3.485)	29.341.711	(0,1188)
31/12/2017	(1.316)	5.191.748	(3,9454)

14. Receita líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de construção	31.482	1.381
Receita de remuneração	2.247	13
Pis e Cofins diferidos	(1.148)	(51)
Total	<u>32.581</u>	<u>1.343</u>

15. Custos dos bens em construção

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços de terceiros	(1.514)	-
CCI - Compartilhamento de Infraestrutura e Aluguéis	(1.093)	-
Seguros	(501)	(46)
Serviços fundiários	(3.155)	(285)
Autarquia local	(66)	(58)
Serviço para o licenciamento ambiental	(1.433)	(279)
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	(18.749)	-
Materiais para chaveamento de energia	(3.794)	-
Estudos vinculados a concessão (i)	-	(657)
Outros custos	(28)	(5)
Total	<u>(30.333)</u>	<u>(1.330)</u>

- (i) Valor referente aos estudos vinculados à concessão, nos termos do art. 21 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os quais serão de uso exclusivo para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesa com serviços profissionais	(333)	(590)
Honorários da diretoria (i)	(1.280)	(457)
Despesas com consultoria e assessoria	(8)	(118)
Despesa com aluguel	(155)	(43)
Despesa com viagens	(283)	(82)
Despesa com impostos e taxas	(28)	(13)
Outras despesa gerais	(147)	(73)
	<u>(2.234)</u>	<u>(1.376)</u>

(i) Vide nota explicativa nº 20.

17. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tarifas, Multa e Juros	(552)	(2)
Atualização monetária, IOF	(19)	(7)
Despesas financeiras	<u>(571)</u>	<u>(9)</u>
Receitas sobre aplicação financeira	942	296
Receitas financeiras	<u>942</u>	<u>296</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>371</u>	<u>288</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social correntes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita realizada	974	32
CSLL - 9%	(88)	(3)
IRPJ - 15%	(146)	(5)
Adicional IRPJ - 10%	(73)	-
Total	<u>(307)</u>	<u>(8)</u>

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

<u>Receita não realizada</u>		
Receita de construção	31.482	1.381
Ativo financeiro	2.248	13
Outras Receitas/Ajustes	(760)	-
Total	32.970	1.394
IRPJ - 32%	10.550	446
Receita financeira	-	264
Total base de cálculo IRPJ	10.550	710
IRPJ - 15%	(1.583)	(107)
Adicional - 10%	(1.031)	(63)
Total IRPJ diferido	(2.614)	(170)
Total CSLL diferida - 9%	(951)	(64)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(3.564)	(233)

19. Seguro

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada - R\$</u>	<u>Período de vigência</u>
Seguros-garantia (*)	13.583.557	01 de agosto de 2017 até 08 de agosto de 2022
Seguro-responsabilidade civil	46.877.795	11 de outubro de 2017 até 30 de abril de 2020

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- Processos administrativos.
- Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Remuneração da administração

A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” como “Honorários da diretoria”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pro-labore	1.036	370
Encargos sociais e benefícios	244	87
	<u>1.280</u>	<u>457</u>

21. Evento subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de janeiro de 2019, foi deliberado sobre o aumento de capital social da Companhia em R\$ 17.000, a ser integralizado pelos acionistas na mesma data.

* * *